

**NEGRI LEITOR DE FOUCAULT:
Aportes para se pensar o poder constituinte
NEGRI READER OF FOUCAULT:
Contributions to think about constituent power**

Lorena Martoni de Freitas¹

RESUMO: Este trabalho explora a influência do pensamento de Michel Foucault nos trabalhos de Antonio Negri em torno do tema do poder constituinte. Em "O poder constituinte" (1992), Negri resgata a noção de poder constituinte na prática revolucionária, criticando sua abordagem jurídica e destacando sua natureza extraordinária e ilimitada. Nele, o autor italiano sugere a necessidade de se recorrer aos trabalhos de Foucault para compreender a configuração do "sujeito-potência" que demarca o conceito de poder constituinte. Essa hipótese é então retomada em "assembly" (2017), obra coescrita com Michael Hardt, na esteira de um trabalho voltado a repensar a dinâmica revolucionária no marco dos novos movimentos sociais por eles denominados "multitudinários". Nesse processo, conclui-se que o filósofo italiano faz uma instrumentalização criativa de Foucault, desconsiderando algumas das premissas fundamentais do filósofo francês expostas em suas reflexões acerca do poder.

Palvaras-chave: Antonio Negri; Michel Foucault; poder constituinte; biopolítica.

ABSTRACT: This paper explores the influence of Michel Foucault's thought on Antonio Negri's work regarding the concept of constituent power. In "Constituent Power" (1992), Negri revives the notion of constituent power within revolutionary practice, critiquing its juridical approach and emphasizing its extraordinary and limitless nature. In it, the Italian author suggests the need to draw on Foucault's work to understand the configuration of the "subject-power" that underpins the concept of constituent power. This hypothesis is later revisited in "assembly" (2017), co-authored with Michael Hardt, in the context of rethinking revolutionary dynamics within the framework of new social movements they term "multitudinous." In this process, it is concluded that Negri creatively instrumentalizes Foucault, disregarding some of the French philosopher's fundamental premises regarding power in his reflections.

Key words: Antonio Negri; Michel Foucault; constituent power; biopolitics

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo central explorar a influência do pensamento de Michel Foucault nos trabalhos de Antonio Negri, a fim de explicitar a maneira pela qual as

¹ Doutora em Direito e Justiça pela UFMG. Professora de Teoria do Direito da UEMG-Diamantina. E-mail: lorenamartonifreitas@gmail.com.

reflexões do filósofo francês acerca do poder são instrumentalizadas pelo filósofo italiano em suas reflexões sobre a dinâmica revolucionária e o poder constituinte, bem como expor as limitações desse aporte teórico. O estabelecimento dessa relação se inicia em *O poder constituinte*, obra publicada pela primeira vez na Itália em 1992 na qual Negri buscava resgatar a noção de poder constituinte concebida no seio da prática revolucionária, retomando sua dimensão de crise-crítica e descrevendo-a como uma atividade marcada por forças tanto criadoras quanto destruidoras. Nesse livro, o objetivo do pensador italiano era justamente criticar a tendência inadequada de se pensar o poder constituinte como um problema a ser colocado no horizonte jurídico, contrapondo o reducionismo dessa perspectiva normativa à natureza extraordinária e ilimitada do poder constituinte, tomado como um agenciamento revolucionário que abre o horizonte para algo que ainda não existe. O conceito de poder constituinte é, portanto, desenvolvido como uma potência que se recusa a ser encerrada, um “processo absoluto da liberdade” que abre um horizonte para o devir, de modo que, quando desencadeado, “toda determinação é liberada e permanece livre” (NEGRI, 2002, pp. 20-42). Todavia, o que se encontra na instância desse “processo absoluto” não é um vazio infinito, mas sim uma abundância de possibilidades positivas que não se exaurem por completo em uma síntese constitucional. Por isso, o poder constituinte jamais se esgota na dimensão do poder constituído. Por isso também que é possível dizer que há poder constituinte mesmo na ausência de êxito expresso em uma Constituição formal. Afinal, ainda na instância do fracasso revela-se “uma vontade que emerge nos pontos de resistência que continuam a se produzir nos próprios pontos de fracasso”, como um “fora que se fez dentro” operante e constitutivo (NEGRI, 2002, pp. 439-41).

Nesses termos, o poder constituinte é tomado como um “dispositivo político em ação”, uma “potência acumulada” que não existe como um evento unificado, mas sim como uma ação contínua que se replica de forma contínua, heterogênea e não-linear no tempo social, enfim, uma potência criativa cujos efeitos perduram e se acumulam de forma consistente, tendendo a se tornar um modo de vida (NEGRI, 2002, pp. 33-6). Para Negri é, portanto, inviável compreender poder constituinte e poder constituído como partes que se articulam dialeticamente – como o faz Giorgio Agamben (2017) – visto que “toda resistência – ainda que aparentemente derrotada – requalifica constitutivamente a inteireza do desenvolvimento histórico” (ESPOSITO; NEGRI, 2020, p. 142). Seu paradigma é antes o de

uma feroz força de negação que “irrompe, quebra, interrompe, desfaz todo equilíbrio preexistente e toda continuidade possível” (NEGRI, 2002, p. 21), marca essa que exige, portanto, “a construção de um modelo constitucional que mantenha aberta a capacidade formadora do próprio poder constituinte” (NEGRI, 2002, p. 42), e não um que busque contê-lo no interior do poder constituído. Nesse eixo, uma das principais teses defendidas por Negri ditava a necessidade da teoria do poder constituinte se desfazer do vínculo instaurado pela teoria jurídica entre “poder constituinte” e “sujeito titular legítimo”. Afinal, a própria noção de poder constituinte corresponderia, primordialmente, à ideia de um sujeito que se remodela continuamente a partir do mundo que ele mesmo constrói. Ou seja, ao invés de pensar o sujeito e poder constituinte como instâncias separadas, era preciso coincidi-los, dado que o sujeito seria justamente o ponto referencial da potência constituinte, “uma oscilação contínua da potência, uma contínua reconfiguração da possibilidade efetiva de que a potência se torne mundo” (NEGRI, 2002, p. 450).

Para pensar então a configuração desse “sujeito-potência” que corresponde ao poder constituinte, Negri sugere recorrer aos trabalhos desenvolvidos pelo filósofo francês Michel Foucault, em especial, aqueles dedicados ao estudo da ética e da estética da existência que demarcam sua trajetória final. Pois, segundo o italiano, após ter desenvolvido criticamente nos anos 1970 um processo de desarticulação da noção de sujeito a partir de sua analítica do poder, Foucault reabriu esse campo construtivamente nos anos 1980, demonstrando como uma crítica da subjetividade se torna uma condição positiva na política. Tal hipótese de leitura não é devidamente aprofundada por Negri na citada obra de 1992, todavia, ela é tangenciada em textos e entrevistas esparsas, até ser finalmente retomada 25 anos depois em *assembly: A organização multitudinária do comum*², obra escrita em coautoria com Michael Hardt. Para compreender adequadamente tal apropriação criativa que Negri faz de Foucault na construção do conceito de poder constituinte como “potência acumulada”, este trabalho se ampara em um conjunto de textos de Antonio Negri reunidos na obra “Marx and Foucault” (2017), a fim de explicitar duas articulações que pensador italiano realiza: uma

² O título da obra, grafado e impresso como letras minúsculas, parece-nos proposital, como indicativo de que se tratará de formas de organização difusas e horizontais, de se estar-junto com um propósito, enfim, de formas de assembleia não institucionalizadas.

com a tradição vitalista, intermediada pelo pensamento de Deleuze, e outra pela via marxista, desenvolvida no interior do movimento autonomista do operaísmo italiano³.

1. MICHEL FOUCAULT E O VITALISMO DE GILLES DELEUZE

Os trabalhos de Antonio Negri escritos com Michael Hardt entre os anos 2000-2017 são marcados por uma aposta no poder constituinte dos movimentos multitudinários que, por sua vez, expressariam uma reconfiguração da dinâmica revolucionária no século XXI⁴. Destacando a ressonância intempestiva de forças que a experiência insurrecional produz na história, Hardt e Negri argumentam que, apesar do aparente fracasso desses movimentos – incapazes de consolidarem suas pautas no âmbito político-institucional e frequentemente cooptados por movimentos reacionários – eles desencadeiam um processo de subjetivação democrática irreversível que é fundamental para o acontecimento de outras insurreições futuras. Hardt e Negri identificam então um fator constituinte desses movimentos multitudinários, fator esse que não possui uma formatação jurídica, nem pode ser tomado como um evento unificado, mas que se manifesta como uma ação que se replica em rede, cujos efeitos perduram e se acumulam de forma consistente, tendendo a se tornar um modo de vida compartilhado (HARDT; NEGRI, 2017, pp. 33-6). Nesses termos, os autores constroem uma noção de poder constituinte como algo que “não pode mais ser concebido em termos puramente políticos, precisando ser misturado com comportamentos sociais e novas tecnologias de subsistência, resistência e transformação da vida” (HARDT; NEGRI, 2017, p. 41).

³ O “operaísmo italiano” designa um movimento de viés eminentemente marxista, que se desenvolveu a partir do final da década de 1950 no interior das fábricas italianas, e que se desdobrou durante os anos 1960 e 1970 na vertente autonomista, voltada a pensar a organização dos trabalhadores e a composição de classe de forma independente de partidos ou sindicatos. Sobre o movimento, vide: (BALESTRINI; MORONI, 2017).

⁴ Inspirados pela ontologia política de Bauruch Spinoza, bem como no materialismo político de Maquiavel, os autores concebem a “multidão” como o sujeito político democrático por excelência. Diferentemente da identidade unitária do “povo” a multidão, em contraste, é muitos. Ela é composta de inúmeras diferenças internas irreduzíveis – diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes modos de vida; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos. Em suma, a multidão é a própria multiplicidade dessas diferenças singulares, capazes de agir em conjunto e ainda assim permanecerem diferentes internamente. De forma mais concreta, foram identificados como movimentos multitudinários as insurreições e “primaveras” que marcaram as últimas décadas, como o Movimento da Praça Tahrir (Egito), Movimento dos Indignados (Espanha), Movimento da Praça Syntagma (Grécia), Occupy Wall Street (EUA) (HARDT; NEGRI, 2004).

Para sustentar a existência dessa potência produtiva, Hardt e Negri recorrem a uma premissa ontológica vitalista imputada à Foucault. Em *Como e quando eu li Foucault*, Negri esclarece que, ao final dos anos 1970, ao ler *Vigiar e punir* em consonância com os estudos sobre Baruch Spinoza – que culminariam mais tarde na escrita de *A anomalia selvagem* –, a noção de resistência apresentada pelo filósofo francês como um “ronco surdo da batalha” não lhe aparecia como algo que pudesse ser reduzido a um mero desdobramento do poder disciplinar. Afinal, para Negri, a resistência não deveria ser pensada como elemento subordinado à dinâmica de circulação do poder, mas sim como um elemento independente, primário e constitutivo. Um contrapoder dissociado do poder, passível de ser compreendido em termos de “potência”. Essa intuição de Negri teria sido reforçada pela influente obra de Gilles Deleuze, *Foucault* (NEGRI, 2017a, p. 161-2), publicada em 1986.

Gilles Deleuze e Michel Foucault se conheceram em 1962 e, intermediados pelo apreço ao pensamento de Nietzsche, iniciaram uma grande amizade. Todavia, a partir de 1977, uma série de desacordos de ordem política e filosófica perturbaram essa relação. Dentre eles, destaca-se a crítica à noção repressiva de poder que Foucault lança em seu primeiro volume da *História da sexualidade: A vontade de saber* (1976) que, em certa medida, contrastava com as teses expressas por Gilles Deleuze e Félix Guattari em *O anti-Édipo* (1972) (CÔRREA, 2018). Em um conjunto de notas redigidas em 1977 e publicadas sob o título *Desejo e prazer*, Deleuze explicita sua divergência teórica com Foucault. Para Deleuze, “o poder é uma afecção do desejo”, de modo que não seriam os dispositivos de poder constituintes – conforme pensa Foucault –, mas sim os agenciamentos do desejo que, na condição de elemento primário, configura-se como linhas de fuga aos dispositivos de poder, produzindo fluxos que se disseminam de várias formas, inclusive, como novas formações de poder (DELEUZE, 1996, pp. 18-20).

Todavia, após a morte de Foucault, e tendo em vista sua derradeira incursão na ética, Deleuze deduz que o pensamento do amigo havia culminado em um certo vitalismo, formulado sobre um fundo estético (DELEUZE, 1992, pp. 114). Inserindo uma problemática de viés ontológico ausente no método foucaultiano – no qual todo *a priori* é sempre histórico e identificado em um momento específico de descontinuidade, selecionado para ser analisado pelo olhar do genealogista (FOUCAULT, 2001) – Deleuze afirma ser possível encontrarmos nos seus escritos a tese de que “a última palavra do poder é que a resistência

tem o primado, na medida em que as relações de poder se conservam por inteiro no diagrama, enquanto as resistências estão necessariamente numa relação com o lado de fora, de onde os diagramas vieram” (DELEUZE, 2005, p. 96). Sustentando essa existência de um pressuposto “lado de fora” na genealogia foucaultiana, Deleuze retorna ao primeiro volume da *História da sexualidade*, lendo-o com novos olhos e sugerindo que, quando o autor identifica uma modificação no diagrama do poder – que parte do modelo da soberania para o do biopoder –, isso teria forçado a resistência a se voltar contra o sistema que busca controlá-la, tornando-se então uma “resistência vital”. Ou seja, nas palavras de Deleuze: “quando o poder se torna biopoder, a resistência se torna poder da vida, poder vital que vai além das espécies, dos meios e dos caminhos desse ou daquele diagrama. A força vinda do lado de fora – não é uma certa ideia de Vida, um certo vitalismo, em que culmina o pensamento de Foucault?” (DELEUZE, 2005, p. 99).

Todavia, na instância dos trabalhos de Foucault, a primariedade da resistência não é assumida como uma virtualidade a ser atualizada, tampouco como um dado ontológico e externo à relação de poder, mas sim como premissa metodológica para a genealogia do poder. Afinal, a resistência sempre se apoia, em realidade, sobre a situação que ela combate, de modo que ela é um elemento atual da relação estratégica em que consiste o poder, cuja existência é condicionada pelas positivities dadas. Ou seja, a resistência não diz respeito a um modo do ser anterior à configuração da relação de poder, mas sim a algo que “lhe é coextensiva e absolutamente contemporânea” (FOUCAULT, 2017a, p. 1.058). Entretanto, é justamente essa leitura “criativa” de Deleuze, afirmativa de uma potência sem confins do desejo – e que exclui o importante papel que o negativo desempenha no jogo do poder analisado por Foucault – que Negri toma para si. Já em 1990, em uma entrevista que o pensador italiano realiza com Deleuze intitulada *O devir revolucionário e as criações políticas*, ele questiona acerca das possibilidades de se instaurar então um novo pragmatismo militante, arraigado na potência e na vida, capaz de se prolongar politicamente na história (DELEUZE; NEGRI, 1990, p. 72). Trata-se das primeiras linhas da hipótese que veremos se firmar nos anos seguintes, acerca do potencial operacional e produtivo que Negri enxerga em Foucault (NEGRI, 2017b), e que será transferida para a composição de sua própria reflexão sobre o poder constituinte:

Nos termos exigidos pelo nosso problema, foi Michel Foucault, sem dúvida, quem deu alguns passos substanciais à frente na perspectiva de um conceito de poder que, em relação ao sujeito, apresenta dimensões construtivas e aberturas absolutas. O homem aparece em Foucault como um conjunto de resistências que engendram uma capacidade de liberação absoluta, longe de qualquer finalismo que não seja expressão da própria vida e da sua reprodução. No homem, libera-se a vida, que se opõe a tudo que a encerra e aprisiona. Ora, que mais importa salientar é que esta relação entre sujeito e procedimento é livre: após demonstrar que o poder é capaz de sujeitar o homem até fazê-lo funcionar como elemento da máquina totalitária (na sua especificidade, este uso do termo “totalitarismo” pode ser aceito), Foucault mostra que o processo constitutivo que atravessa a vida – a biopolítica, o biopoder – conhece um movimento absoluto (e não totalitário). Absoluto porque absolutamente livre das determinações exteriores à ação de libertação, ao *agencement* vital. A partir deste ponto de vista, é possível radicar o sujeito constituinte e seguir em frente, sempre com Foucault. De fato, ele nos mostra que o sujeito é, antes de tudo, potência, produção. Certo, o sujeito pode ser reduzido a um puro fantasma, resíduo da totalidade dos sistemas de repressão: ainda assim ele é produtivo, mesmo neste horizonte redutor e dentre destes mecanismos! Isso porque, face a este limite, o sujeito retorna a si mesmo e ali redescobre o princípio vital. Em segundo lugar, para além da potência, o sujeito é uma ação, um tempo de ação e de liberdade, um *agencement* aberto, pois nenhuma teleologia o condiciona e o prefigura. Primeiro, Foucault desenvolve criticamente um processo de desarticulação do real, para depois reabrir construtivamente um processo que assume a desarticulação como condição positiva. O que era um caminho através da necessidade, abre espaço a um processo de liberdade. Como em Espinosa. Em terceiro lugar, o paradigma da subjetividade é desenvolvido por Foucault como lugar de recomposição das resistências e do espaço público. Estamos diante de uma concepção de sujeito que tem, formal e metodologicamente, características adequadas ao procedimento absoluto. Com efeito, este sujeito é potência, tempo e constituição: é potência de produzir trajetórias constitutivas, é tempo sem nenhum sentido predeterminado, é constituição singular. Quando a crítica destrói as prisões do poder constituído, ela se reconhece como potência ontológica, poder constituinte, capaz de produzir eventos absolutos (NEGRI, 2002, pp. 45-6).

Nessa esteira, Negri propõe que os termos “biopoder” e “biopolítica” – em regra utilizados por Foucault sem muitas distinções – sejam compreendidos como conceitos distintos: o primeiro referente a um poder sobre a vida, e o segundo, à potência da vida, manifesta na produção de afetos e linguagem, na cooperação social, nos corpos e desejos, na invenção de novos modos de vida. Em suma, a biopolítica nomearia “um lugar de criação de uma nova subjetividade que se mostraria também como um momento de destruição de toda sujeição” (NEGRI, 2017a, p. 158). Todavia, apesar de reconhecer – através das lentes deleuzianas – uma espécie de ontologia da potência nas ideias de indeterminação e de

possibilidade que a genealogia de Foucault revela (NEGRI, 2017, p. 150), em *assembly* (2017), Hardt e Negri deixam bem claro que isso não significa que a resistência está dada, mas sim que ela é possível. Ou seja, a constituição de um novo comum como reordenação de forças contrárias ao diagrama do poder não ocorre de forma espontânea, nem a partir de um simples cancelamento do sujeito (HARDT; NEGRI, 2017, p. 121). Ela exige a estruturação de um processo adequado de subjetivação e produção que não possa ser cooptado de forma previsível e administrável pelo atual sistema de poder constituído.

Para pensar esse processo de subjetivação, ao invés de prosseguir na linha ético-estética que demarca o último Foucault⁵, os autores exploram o potencial das estruturas organizativas autônomas que, enquanto fontes de reordenação de forças, forjadas a partir de experiências de cooperação na produção e reprodução socializadas, animam os movimentos sociais. Nesse ponto, a segunda hipótese acerca da potência constituinte contra o poder constituído propõe então uma leitura conjugada de Foucault e Marx, formulada no contexto de um hibridismo filosófico que serviu como caixa de ferramentas para se pensar a turbulência política da segunda metade do século XX na Itália – responsável por gestar uma ruptura epistemológica que hoje tem se afirmado como “nova teoria italiana” ou “diferença italiana”.

2. MICHEL FOUCAULT E A TRADIÇÃO MARXISTA NO OPERAÍSMO ITALIANO

Ao final dos anos 1960, parte do pensamento político italiano, articulado no quadro de um marxismo heterodoxo e do pós-estruturalismo francês, foi tomado por um questionamento acerca da relação entre sociedade e fábrica, perguntando-se qual a eficácia da ação humana na estruturação da sociedade, quais os efeitos do capitalismo na vida social, e vice-versa. Face a um poder capitalista que se estendia rapidamente no controle sobre a vida social ao ponto de se tornar um biopoder, a questão colocada então pelos teóricos dedicados a pensar a luta política era quão ampla e efetiva a resistência poderia ser, e como seria possível organizar as relações biopolíticas em um sistema de forças alternativo

⁵ Sobre o tema, vide o cap. IV do livro *Michel Foucault e o poder constituinte* (2022), de Lorena Martoni de Freitas.

(NEGRI, 2017c, p. 84). Nesse ponto, o trabalho de Mario Tronti *Trabalhadores e capital* (1966), ao sustentar que a resistência trabalhadora teria primado sobre a estratégia do capital, foi crucial na adaptação das teses de Marx para o presente, e na abertura de uma via de articulação com o pensamento de Foucault (HARDT; NEGRI, 2017, p. 76) (DELEUZE, 2005, p. 96, nota n. 26) no interior das reflexões acerca da autonomia operária. Essa combinação teórica entre Marx e a filosofia francesa é realizada à luz de uma série de conflitos sociais que ocorreram em várias partes da Itália, e que se estenderam de 1968 até meados de 1977 – período então chamado de “longo Maio italiano”, em referência ao Maio de 68 na França. Como uma ebulição coletiva de devires revolucionários, esses conflitos se desenvolveram em resposta à tensão instaurada pelo processo de contrainsurreição mundial voltado à reordenação do capital, ou seja, face à reestruturação das fábricas que se seguiu à crise do fordismo e em resposta aos novos movimentos urbanos-estudantis que marcaram o final da década de 1960, quando o epicentro das lutas passava a se expandir para diversos outros campos do tecido social⁶.

Tais lutas operárias que demarcam o longo Maio italiano, em contraposição às formas de organização que se deram entre os anos 1950 e 1960 – atravessadas por sindicatos e partidos, e que mostravam que a fábrica gerida pelos próprios operários era mais produtiva do que sob um modelo mediado e verticalmente instaurado –, ocorreram na forma de uma “autonomia do negativo” (DE FEO *apud* TARÌ, 2013, p. 20). Realizadas a partir de uma série de técnicas de sabotagem e guerrilha voltas à antiprodução, elas buscavam construir uma situação de ingovernabilidade nas fábricas. Foi esse novo viés de autorreflexão e reordenação que se consolidou como “autonomia operária”, algo que “não era um movimento uniforme mas antes um antagonismo feito de tensões entre inúmeras hipóteses que partilhavam entre si apenas e exclusivamente uma rejeição cabal das modalidades do existente então possíveis” (TARÌ, 2013, p. 12).

⁶ Na Itália, esse processo de reestruturação das fábricas envolveu medidas de redução de mão-de-obra – responsáveis por lançar diversos desempregados na sociedade –, de divisão de setores – antes constituintes de uma única fábrica, em unidades descentralizadas que foram territorialmente deslocadas –, bem como mudanças no sistema de produção, que deixou de ser pensado no esquema de linha de montagem para ser despido de regras fixamente pré-estabelecidas e metas objetivas, tornando-se mais flexível no que diz respeito à relação entre o trabalhador e as máquinas. Essas modificações tinham por objetivo atacar a composição técnica de classe, destruir a organização política operária, e aumentar a produção pela individualização e acúmulo de tarefas. Para um relato detalhado desse processo, vide TARÌ, 2013.

É nesse contexto de modificação da luta operária que a “hipótese da produção biopolítica” exposta no ponto anterior é cunhada, de forma engajada em realizar uma análise concreta da subjetivação política e do desenvolvimento capitalista em sua extensão global (NEGRI, 2017d, p. 124). Tendo em vista a experiência dos anos 1960 – que evidenciou o potencial produtivo e a capacidade de auto-organização dos trabalhadores – e seu desenrolar nos anos 1970, a hipótese da produção biopolítica surge da percepção acerca da existência de um trabalho vivo intelectualizado – que não é necessariamente um trabalho “mais qualificado” –, afetivo e comunicacional, enfim, um “trabalho imaterial” que seria fundamental e determinante da capacidade produtiva social⁷. Trata-se aqui de um conceito voltado a compreender uma espécie de trabalho que não pode ser definido estritamente em uma dimensão material como “transformação da natureza”, visto ser marcado principalmente pelo investimento da subjetividade no processo de articulação coletiva, de gestão da informação e de tomada de decisões. Essa modificação do trabalho demarcaria então a renovação do capitalismo em termos cognitivos, e a transição de um “operário massa” para um “operário social”⁸, cujo grande pilar de sustentação da produção e da riqueza deixa de ser o trabalho imediato executado, ou o tempo de trabalho gasto, e passa a ser o indivíduo social – ou seja, aquele empreendedor de si no qual se reúnem a compreensão da natureza e o domínio sobre ela adquirido no decorrer da existência no corpo social (LAZZARATO; NEGRI, 2001, pp. 25-8) –, sua experiência de vida acumulada, inclusive, nos momentos de não-trabalho.

Como já dissemos, a autovalorização proletária por intermédio do trabalho imaterial foi um ponto crucial na reestruturação do sistema pós-fordista dos anos 1970, que expropriou e recentralizou a produção, agora de forma consciente de que “é a alma do operário que deve descer na oficina, é a sua personalidade, a sua subjetividade, que deve ser organizada e comandada” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 25). Porém, o grande fenômeno

⁷ É imperioso destacar aqui a importância da crítica feminista que se desenvolveu no interior do movimento operário – por pensadoras como Mariarosa Dalla Costa, Silvia Federici, Leopoldina Fortunati et Alisa Del Re – para a cunhagem dessa concepção de trabalho imaterial, à medida em que chamava a atenção para a dimensão reprodutiva do trabalho doméstico e apontava sua importância para o sistema capitalista. (BALESTRINI; MORONI, 2017).

⁸ Partindo do pressuposto de que a composição de classe é um resultado da luta, e não sua condição, o conceito de “operário social” surge para demarcar uma mudança nessa composição de classe, observada a partir de movimentos como maio de 68 na França, e o “longo 68” na Itália que dura até o final dos anos 1970. (COCCO, 2001, pp. 15-22).

biopolítico que emerge então é: quando esse trabalho imaterial é reconhecido como base fundamental da produção e investido no ciclo do capital, ele não se reproduz apenas na forma da exploração, mas também como excesso social autônomo, como reprodução de subjetividade (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 30) – desenvolvendo-se em novas formas de lutas, como aquelas de viés constituinte que se definiram na “autonomia operária”. E é justamente nesse ponto que o pensamento foucaultiano é aproximado de um momento intuído por Marx nos *Grundrisse* – mais especificamente, no *Fragmento sobre as máquinas* –, no qual “o conjunto do capital fixo se transforma no seu contrário, em produção de subjetividade” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 35), estabelecendo as condições para a emergência de uma nova força de trabalho como modo de vida, capaz de superar o antagonismo dialético de classes.

Ao contrário do determinismo funcional que autores como Martin Heidegger (2007) e Giorgio Agamben (2017) identificam na técnica⁹, aqui se tem a possibilidade de pensar diversos usos dos meios de produção disponíveis. Assim, mais do que uma mera fase de transição que reordena os fluxos do capital, tem-se que o investimento técnico na subjetividade no regime capitalista abre também espaço para a produção biopolítica, apresentando-se “sobre a forma de um poder constituinte que se revela alternativo às formas de poder existentes” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 37). Trata-se, portanto, de uma hipótese que percebe o poder constituinte enquanto processo autônomo que se forma no plano fundamental da potência, e não do poder constituído. Consequentemente, essa nova configuração do trabalho leva o próprio conceito de revolução a se modificar: não que ele perca as suas características de ruptura radical, mas sim que essa ruptura radical passa a ser “subordinada, na sua eficácia, às novas regras de constituição ontológica dos sujeitos, à sua potência, que se organizou no processo histórico, à sua organização, que não requer nada além da própria força para ser real” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 38).

Toda essa transformação estrutural é analisada à luz do conceito marxiano de *general intellect* – que nada mais é do que o conhecimento tomado como principal força produtiva – associado às reflexões de Foucault no campo da ética. Tal associação dos dois

⁹ Faço referência aqui à rejeição de qualquer possibilidade de libertação pela via da técnica, tomada pelos autores como algo que incorpora códigos de comando que predeterminam seus métodos e resultados de forma previsível.

autores se justifica mediante uma deficiência identificada no pensamento de Marx, para quem o *general intellect* coincidiria integralmente com o capital fixado, ou seja, com a tecnologia objetificada no sistema industrial de exploração. Nesses termos, Marx teria negligenciado a manifestação do trabalho vivo constituído por conhecimento formal e informal, imaginação, inclinações éticas, mentalidades e linguagens, ou seja, como algo capaz de reproduzir uma segunda geração de trabalho autônomo (VIRNO, 2007, p. 5) – conforme fora constatado na experiência autonomista operária. Essa falha em compreender o *general intellect* mais como uma “faculdade do pensamento do que o trabalho produzido por esse pensamento” (VIRNO, 2007, p. 6), como uma verdadeira “atitude” (VIRNO, 1996, p. 194), teria então sido suprida pela forma como Foucault pensa a relação que o si estabelece consigo mesmo por meio de técnicas reflexivas, apresentando com isso um processo de produção autônoma de subjetividade capaz de esclarecer a possibilidade da constituição da “intelectualidade de massa”, daquilo que se forma independentemente das relações de poder e saber como um “processo de subjetivação autônoma que não tem necessidade de passar pela organização do trabalho para impor a sua força” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 35)¹⁰.

Em suma, por meio do conceito de trabalho imaterial forjado no interior da experiência italiana, tem-se uma fusão entre a premissa marxiana do trabalho como fundação ontológica dos sujeitos, e do processo ético de subjetivação foucaultiano a partir dos qual é possível redefinir as relações de poder. A obra de Foucault é então apresentada nessa linha do novo pensamento italiano como uma contribuição fundamental ao neomarxismo, visto que, apesar de o filósofo francês não ter determinado adequadamente o trabalho vivo como momento de produção ética – e isso porque, em sua leitura de Marx, ele teria ligado a produção somente ao trabalho instrumental e confundido os conceitos de “valor” e “valor de troca” –, há nela uma importante tentativa de superar a oposição entre estrutura e processo de subjetivação, na medida em que concebe esse último como um processo imanente de constituição (LAZZARATO, 2001, p. 84-5). Nas palavras de Negri:

Foucault foi extremamente útil aqui porque forneceu os meios para traduzir a análise histórica em experiência constituinte a partir de uma abordagem genealógica e de uma articulação nova e definitiva da política e da ética. Em suma, essa tradução foi possível por meio de um retorno da militância como

¹⁰ LAZZARATO; NEGRI, Trabalho imaterial e subjetividade, p. 35.

base de qualquer “verdade”, um retorno da resistência coletiva como base de qualquer comportamento e conquista política. Essa imersão na historicidade das lutas não foi de forma alguma uma operação individualista; as condições para uma constituição coletiva do sujeito estavam de fato dadas (NEGRI, 2018, p. 33. **Trad. nossa**)¹¹.

A especificidade aqui é que, se por um lado Negri assume que novas subjetividades precisam ser constituídas para um processo de destituição das relações de poder institucionalizadas, por outro a via desse processo ético – resistente e produtivo – de dobra do sujeito sobre si mesmo é identificada na natureza social do trabalho imaterial. Mediante as necessidades do capitalismo contemporâneo de uma circulação econômica como gestão da vida, esse trabalho imaterial tem se desenvolvido sob a forma de capacidades cognitivas – organizativas, criativas, afetivas, estéticas, etc. – de mediar relações e compor com as diferenças, de modo que a produção econômica tem se mostrado cada vez mais como produção e reprodução de formas de vida e de subjetividades (HARDT; NEGRI, 2017, p. 232). Nessa junção, a resistência constituinte aparece, portanto, como algo gerado dessa base comum de forças sociais que sustenta as relações de poder institucionalizadas, mas que é em si mesma um sistema de cooperação cujas práticas, hábitos e desejos envolvidos são fonte de inovação no campo da subjetividade.

A matriz desse raciocínio é que as relações de poder implicadas no trabalho não produzem somente subjugação ao modo de produção capitalista, mas fornecem também tecnologias para uma subjetivação que, no nível do capital cognitivo, são capazes de constituir reativamente novas formas de trabalho vivo pela apropriação de frações do capital fixado, desenvolvendo por meio da cooperação de singularidades uma produção ainda maior, um “êxodo” ou “excesso”¹² biopolítico que não é imediatamente integrado nas redes de poder do capital (NEGRI, 2017e, 190). Logo, o processo de exploração capitalista, ao

¹¹ No original: “Foucault was extremely helpful here because he provided the means to translate the historical analysis into constituent experience through a genealogical approach and a definitive and new articulation of politics and ethics. In sum, this translation was possible through a coming back of militancy as the basis of any “truth”, a coming back of collective resistance as the basis of any behaviour and political conquest. This immersion in struggles’ historicity was by no means an individualist operation; the conditions for a collective constitution of the subject were in fact given”.

¹² Destaca-se aqui que Hardt e Negri buscam evitar o termo “excesso” para designar a produção biopolítica, tendo em vista que, do ponto de vista social, o poder produtivo da multidão nunca é demais. Por esse motivo, eles mobilizam o termo “êxodo” como um substituto para esse “excesso” biopolítico. (HARDT; NEGRI, 2009, p. 152).

estruturar e organizar a produção, dispõe técnicas de cooperação e subjetivação que, quando reapropriadas pelos trabalhadores, reformulam as relações de força em termos de autonomia, destituindo o próprio comando capitalista que lhe viabilizou.

Agora, cada reapropriação equivale a uma privação [*destituzione*] do comando capitalista. Esse processo de apropriação, especialmente quando conduzido pelos trabalhadores imateriais – que hoje são majoritários nos processos de criação de valor – é muito forte, muito eficaz no seu desenvolvimento; isso traz a crise. Mas não haveria crise se pensássemos que ela surgiu espontaneamente dos processos de reapropriação e expulsão. Não é assim que as coisas são. A crise precisa de um embate conflituoso, uma realidade política que se mova ativamente para a destruição não apenas da relação de exploração, mas também da condição de coação que a sustenta. Na verdade, quando se fala em reapropriação pelo sujeito antagonista, não se fala simplesmente das mudanças ocorridas na qualidade da força de trabalho (que decorrem da absorção de parcelas do capital fixo); estamos falando basicamente de uma reapropriação da cooperação que foi incentivada na reestruturação capitalista da produção e que foi então expropriada – e esse é o drama essencial dessa fase crítica. Quando se fala em recuperação e reapropriação do capital fixo, longe de se expressar em termos maculados pelo economicismo, a análise entra antes naquele terreno de cooperação que agora é regulado pelo capital em termos biopolíticos. Privar o capital dessa função significa recuperar para a força de trabalho uma capacidade autônoma de cooperação (NEGRI, 2017e, p. 73. **Trad. nossa**)¹³.

É justamente essa resistência do comum, que recupera a cooperação para o lado da força de trabalho, que é então entendida como potência constituinte. Uma força biopolítica primária, criativa e inventiva, oposta ao poder – aqui identificado ao conceito marxiano de capital, fundamentalmente conservador –, cujo funcionamento se dá pela apropriação das inovações produzidas pelas forças que o enfrentam (HARDT; NEGRI, 2017, p. 234). Assim,

¹³ No original: “Now, every reappropriation amounts to an ousting [*destituzione*] of capitalist command. This process of appropriation, especially when conducted by the immaterial workers – who today are majoritarian in the processes of value creation – is very strong, very efficacious in its development; it brings about crisis. But there would be no crisis if we thought that it arose spontaneously from the processes of reappropriation and ousting. That is not how things are. The crisis needs a conflictual clash, a political reality that actively moves for the destruction not simply of the relation of exploitation, but also of the condition of enforcement that sustains it. In fact, when one speaks of reappropriation by the antagonist subject, one is not speaking simply of the changes taking place in the quality of labour power (which derive from the absorption of portions of fixed capital); we are speaking basically of a reappropriation of the cooperation that was incentivised in the capitalist restructuring of production and was then expropriated – and this is the essential drama of this critical phase. When it speaks of recuperation and reappropriation of fixed capital, far from expressing itself in terms that are tainted with economicism, the analysis enters rather onto that terrain of cooperation that is now regulated by capital in biopolitical terms. Ousting capital from this function means recovering for labour power an autonomous capacity of cooperation”

a conclusão da combinação entre Foucault e Marx é que o capital não apenas assujeita, reprime e expropria, mas também produz próteses mentais, linguísticas, emocionais e mecânicas que podem ser incorporadas e resignificadas em um processo de subjetivação, formando “dispositivos de êxodo” (NEGRI, 2017g, p. 44) e estabelecendo assim os limites e as condições para a sua própria destituição (NEGRI, 2017f, p. 72).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: os limites da leitura que Negri

A reflexão acerca da dinâmica revolucionária e do poder constituinte é um tema recorrente na obra de Antonio Negri. Para pensar a atualização dessa dinâmica no contexto das da reestruturação do capital, o autor toma os movimentos estudantis de Maio de 1968 e aqueles que atravessaram a Itália até 1977 como marco histórico. Negri reconhece que, apesar de breves e desorganizados, esses movimentos abriam significativas brechas políticas para a irrupção de outras lutas, configurando-se como um importante *locus* de emergência da subjetividade revolucionária. E isso porque essa intelectualidade de massa, uma vez reproduzida por sujeitos não subordinados ou atravessados pela “maldição do trabalho assalariado”, possuía autonomia na constituição de um projeto alternativo, mais inovador e, por isso, mais difícil de ser recentralizado pelo sistema do capital. Em outras palavras, “a autonomia relativa em relação ao capital determina nos estudantes – entendidos como grupo social que representa o trabalho vivo em estado virtual – a capacidade de designar um novo terreno de antagonismo” (LAZZARATO; NEGRI, 2017, pp. 32-3). Essa mesma hipótese é então transposta para os movimentos insurrecionais das últimas décadas, marcados por um acúmulo de desejos coletivos diversos, e identificados como “multitudinários”. Realizadas eminentemente por indivíduos excluídos da relação salarial – estudantes, desempregados, trabalhadores precários, etc. –, essas insurreições podem ser compreendidas como resultado da incorporação de capacidades produtivas cognitivas fora das ordenações hierárquicas estabelecidas pelo ciclo do capital, motivo pelo qual elas têm se reproduzido por intermédio de potentes práticas horizontais e democráticas que são também fundamentalmente subjetivantes e constituintes, e que, justamente por isso, devem ser investidas politicamente.

Ontologicamente, essa dinâmica constituinte da multidão é pensada a partir da noção de biopolítica e dos processos de subjetivação que ela envolve, ambos resgatados dos trabalhos de Michel Foucault. Todavia, é preciso analisar criticamente esse resgate. A maneira como Negri lê Foucault foi bastante influenciada pelo livro *Foucault*, escrito por Deleuze em 1986, que aposta na existência de um vitalismo implícito no pensamento foucaultiano, em termos de uma potencialidade criativa voltada à formação do novo que se coloca como devir. É seguindo esse fluxo que Negri encontrará em Foucault uma possibilidade de “reabrir construtivamente um processo que assume a desarticulação como condição positiva” (NEGRI, 2002, p. 46) e, com isso, pensar o poder constituinte em termos de potência nas lutas contra o capital. Essa hipótese, lançada ainda no princípio dos anos 1990 de forma incipiente, aparecerá então cada vez mais elaborada em seus trabalhos seguintes – em especial aqueles desenvolvidos no decorrer dos anos 2000 em conjunto com Michael Hardt – para se pensar a dinâmica dos movimentos por eles identificados como “multitudinários”.

Entretanto, Negri passa ao largo do problema central levantado pelo filósofo francês, diga-se, do “como” a resistência é possível no interior das relações de poder constituídas. Afinal, para ele o problema do poder constituinte não está precisamente no “como produzir” novas subjetividades ou dispositivos de êxodo – já que, seguindo a esteira traçada por Deleuze, essa produção é tomada como dado ontológico –, mas sim em como engajá-las, catalisá-las, fortalecê-las contra os processos de expropriação do capital. Em outras palavras, ao contrário de Foucault, que entende a potência em termos de resistência – encerrando-a, portanto, na dinâmica do poder – em Negri, é a resistência que é entendida em termos de potência, sendo assumida como virtualidade primária donde derivam todas as outras determinações. O desdobramento dessa hipótese acaba por afastar mais ainda os autores. E isso porque os processos de subjetivação e a resistência, ao serem tomados como uma condição ontológica já dada de forma primária no interior do ciclo do capital – e não como resultado ético-estilístico que se costura nas malhas do poder, como vemos em Foucault – são descritos como fundamentalmente democráticos. Ora, ao identificar a potência como uma força ontologicamente adequada a certas premissas de justiça democrática – como a solidariedade, a cooperação, o respeito à diversidade e aos direitos humanos – que se sobrepõem a interesses parciais, toda essa produção biopolítica vital

sustentada por Negri parece apontar sempre em direção a um “Bem” fundamental. Ignorando a possibilidade de uma potência constituinte que se volta contra si mesma – como se essa produção biopolítica não fosse ela também atravessada por relações microfísicas de poder – vemos se formar um esquema moral binário no qual a “Vida” aparece como potência afirmativa e criadora que resiste a um poder constituído e apartado, enquanto esse é pensado como momento secundário a tal criação e sempre expropriativo. Enfim, como bem aponta Christian Laval (2019, p. 123) o que encontramos aqui é uma boa biopolítica que se opõe a um mau biopoder, um antagonismo binário e moral que é completamente estranho a Foucault.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O USO DOS CORPOS** - Homo sacer, IV. 2. São Paulo. Boitempo, 2017.

BALESTRINI, Nanni; **MORONI**, Primo. **LA HORDE D'OR: la grande vague révolutionnaire et créative, politique et existentielle**. Italie 1968-1977. Paris. L'éclat, 2017.

COCCO, Giuseppe. Introdução. In: Trabalho imaterial. Rio de Janeiro. DP&A, 2001, p. 7–24.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa. **FOUCAULT COM DELEUZE: o social, entre as resistências e as fugas**. In: **SOUZA**, Pedro de; **GOMES**, Daniel de Oliveira (Orgs.). **FOUCAULT COM OUTROS NOMES: lugares de subjetivação**. Ponta Grossa. Editora UEPG, 2018, p. 209–227.

DELEUZE, Gilles. Desejo e prazer. Cadernos de subjetividade, n. nº especial, p. 15–25, 1996.

_____. Foucault. São Paulo. Editora Brasiliense, 2005.

_____. III. Michel Foucault. In: Conversações. São Paulo. Editora 34, 1992, p. 105–150.

_____; **NEGRI**, Antonio. O devir revolucionário e as criações políticas. Novos Estudos, n. 28, p. 67–73, 1990.

ESPOSITO, Roberto; **NEGRI**, Antonio. **O CONSTITUINTE E O NEGATIVO, A BIOPOLÍTICA E A SOBERANIA: um diálogo entre Roberto Esposito e Antonio Negri**. (des) troços, v. 1, n. 1, p. 133–145, 2020.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, la généalogie, l'histoire. In: Dits et Écrits I, 1954-1975,

Paris. Quarto Gallimard, 2001.

_____. Le sujet et le pouvoir. In: Dits et Écrits II, 1976-1988. Paris: Quarto Gallimard, 2017a, p. 1.041–61.

_____. Polémique, politique et problématisations. In: Dits et Écrits II, 1976-1988. Paris. Quarto Gallimard, 2017, p. 1410–1417.

_____. **POLITIQUE ET ÉTHIQUE:** une interview. In: Dits et Écrits II, 1976-1988. Paris. Quarto Gallimard, 2017, p. 1403–1409.

FREITAS, Lorena Martoni de. Michel Foucault e o poder constituinte. Belo Horizonte: Editora Expert, 2022.

HARDT, Michael; **NEGRI**, Antonio. **MULTITUDE:** war and democracy in the age of empire. New York. Penguin, 2004.

_____. Commonwealth. Cambridge: Havard University Press, 2009.

HARDT, Michael; **NEGRI**, Antonio. Assembly. New York. Oxford University Press, 2017.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. *Scientiae Studia*, v. 5, n. 3, p. 375– 398, 200

LAVAL, Christian. Foucault e a experiência utópica. In: **FOUCAULT**, Michel. **O ENIGMA DA REVOLTA:** entrevistas inéditas sobre a Revolução iraniana. Trad. Lorena Balbino. São Paulo: N-1, 2019, p. 102–142.

LAZZARATO, Maurizio; **NEGRI**, Antonio. Trabalho imaterial e subjetividade. In: Trabalho imaterial. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 25–42.

_____. **O “TRABALHO”**: um novo debate para velhas alternativas. In: Trabalho imaterial. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 71–90.

NEGRI, Antonio. O poder constituinte. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

_____. How and when I read Foucault. In: Marx and Foucault. Cambridge. Polity Press, 2017a, p. 154–165.

_____. On the method of political critique. In: Marx and Foucault. Cambridge. Polity Press, 2017b, p. 136–53.

_____. **AN ITALIAN BREAKPOINT**: production versus development. In: Marx and Foucault. Cambridge. Polity Press, 2017c, p. 84–93.

_____. **BIOPOWER AND BIOPOLITICS**: Subjectivities in Struggle. Interview with Luca Salza. In: Marx and Foucault. Cambridge. Polity Press, 2017d, p. 123–34.

_____. **MARX AFTER FOUCAULT**: the subject refound. In: Marx and Foucault. Trad. Ed Emery. Cambridge. Polity Press, 2017e, p. 188–98.

_____. Acting in common, and the limites of capital. In: Marx and Foucault. Trad. Ed Emery. Cambridge. Polity Press, 2017f, p. 63–73.

_____. Reflections on the use of dialectics. In: Marx and Foucault. Trad. Ed Emery. Cambridge: Polity Press, 2017g, p. 37–46.

_____. Post-operaism? No, operaism. In: **GARELLI**, Glenda; **GENTILI**, Dario; **STIMILLI**, Elettra (ed.). **ITALIAN CRITICAL THOUGHT**: Genealogies and Categories. London. Rowman & Liitlefield, 2018, p. 26–35.

TARÌ, Marcello. **UM PIANO NAS BARRICADAS**: autonomia operária (1973-1979).

Lisboa. Edições Antipáticas, 2013.

VIRNO, Paolo. General intellect. **HISTORICAL MATERIALISM: Research in Critical Marxist Theory**, v. 15, n. 3, p. 3–8, 2007.

_____. **VIRTUOSITY AND REVOLUTION: the political theory of exodus.**
In: **HARDT**, Michael; **VIRNO**, Paolo (ed.). **RADICAL THOUGHT IN ITALY: a potential politics.** Mineapolis. University of Minnesota Press, 1996, p. 189–212.